



Repórter Brasil – Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Impactos da soja sobre Terras Indígenas no estado do Mato Grosso

Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis
www.agrocombustiveis.org.br
ONG Repórter Brasil
www.reporterbrasil.org.br
Julho de 2010



Siglas

CIMI – Conselho Indigenista Missionário, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Igreja católica, e uma das organizações mais atuantes em todo o Brasil na defesa dos direitos indígenas

Conab - Companhia Brasileira de Abastecimento, órgão do governo federal que acompanha a trajetória da produção agrícola e os estoques de alimento do país

Funai – Fundação Nacional do Índio, órgão do governo federal responsável pela política indígena brasileira

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, órgão do governo federal ligado ao Ministério do Meio Ambiente responsável pela fiscalização da política federal de proteção e conservação ambiental, entre outros

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão do governo responsável pela realização de estatísticas sociais, demográficas e econômicas

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão do governo federal ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário responsável pela política de reforma agrária do governo federal

ISA – Instituto Socioambiental, ONG que atua em diversas frentes de proteção aos povos indígenas

MPF – Ministério Público Federal

MT – Mato Grosso

OPAN – Operação Amazônia Nativa, uma das mais antigas ONGs a trabalhar com populações indígenas no Mato Grosso

PIX – Parque Indígena do Xingu

TI – Terra Indígena, área de União demarcada para usufruto exclusivo de comunidades indígenas

Capítulo 1 - Introdução

Caracterização do estado de Mato Grosso

O Mato Grosso, terceiro maior estado do Brasil com 906.807 km² (10,59% do território nacional), situa-se na região Centro-oeste do país, fazendo fronteira a oeste com a Bolívia. Um dos estados brasileiros onde a agropecuária e a agroindústria expandem-se com mais intensidade, o Mato Grosso também abriga o maior número de etnias indígenas do país.

O Mato Grosso possui um conjunto de três ecossistemas principais, que o diferenciam de todos os demais estados do país: o Pantanal (10% da área), a maior planície inundável do mundo, a sul; o Cerrado (40% da área), a chamada savana brasileira; e as florestas (50% da área, que inclui a floresta amazônica e a vegetação de transição entre Cerrado e Amazônia), no centro-norte. E é no Cerrado e na zona de transição com a Amazônia que se expandiu, vertiginosamente e de forma desordenada, o grosso da atividade agropecuária do estado.

Majoritariamente constituído por bosques abertos, com árvores contorcidas de pouca estatura (entre 8 e 12 metros), extensões de grama natural e nascentes d'águas circundadas por campos ralos e palmeiras (as chamadas veredas), o Cerrado¹ detém uma biodiversidade extremamente rica, estimada em cerca de 12 mil espécies vegetais, 70 espécies de mamíferos, 840 tipos de aves, 120 de répteis e 150 de anfíbios². Apesar de

¹ O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, com uma área de 2.045.064 km² que abrangem os estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e o Distrito Federal, e que é cortado pelas bacias hidrográficas do Tocantins-Araguaia, São Francisco e Prata.

² Dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – Ibama.

considerado a savana mais rica em biodiversidade do mundo, o Cerrado é o bioma com menor proteção legal do país e, de acordo com o Ibama, já perdeu mais de 80% de sua cobertura original.



Vegetação típica do cerrado brasileiro – foto divulgação

Em função de sua geografia plana, o cerrado do Mato Grosso passou a ser extremamente valorizado pela pecuária e pela agricultura extensiva e mecanizada, principalmente a partir da década de 1970, quando houve uma maior intervenção da União na região. Ainda sob a ditadura militar, o governo federal incentivou a migração de agricultores do Sul do país para o Centro-oeste, dando início a uma história de invejável desenvolvimento econômico e catastrófica degradação ambiental.

De acordo com dados da Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso divulgados no final de 2009, até meados de 2007 cerca de 175 mil km² de floresta amazônica e 150 mil km² de cerrado foram desmatados no Estado, o que representa aproximadamente 35% e 42% das respectivas áreas originais.

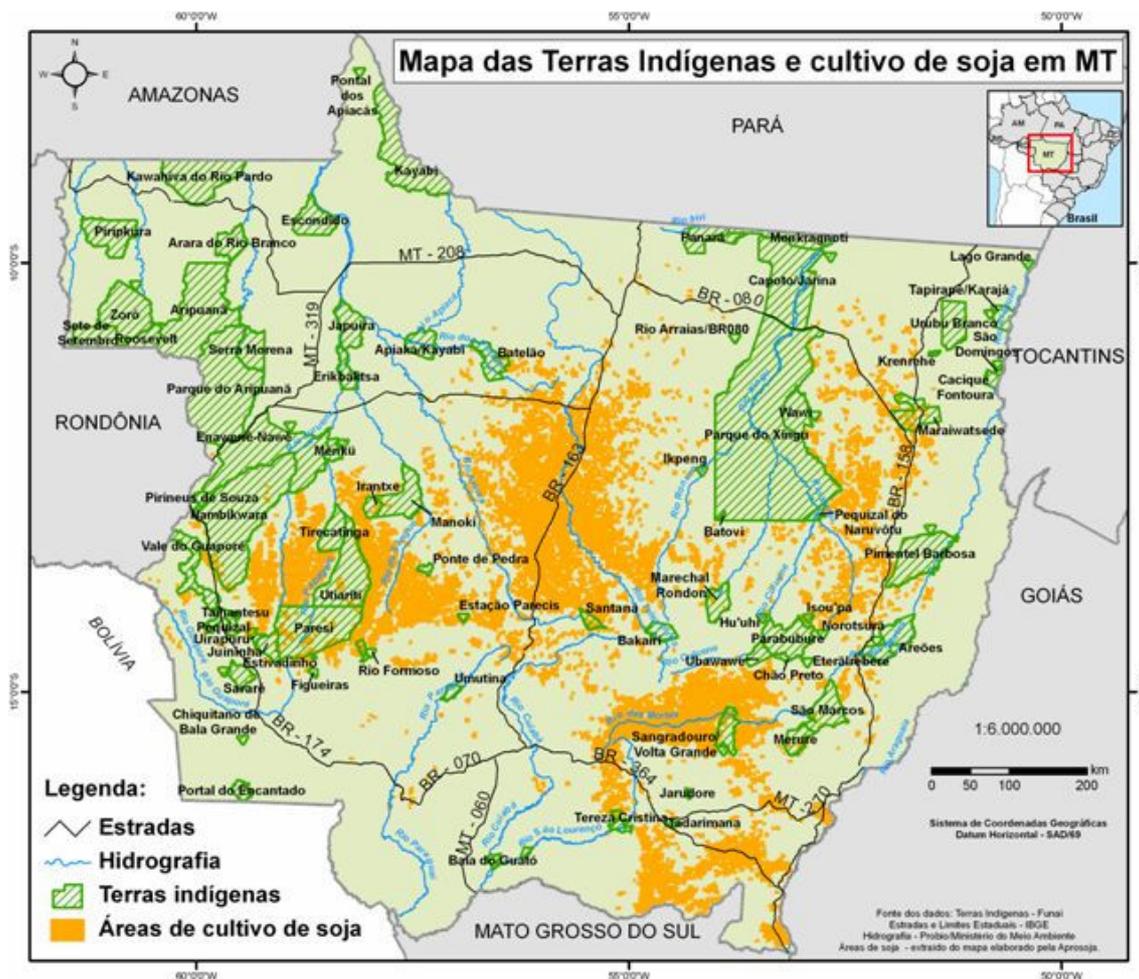
No mesmo ritmo do desmatamento, o estado dobrou a sua produção agropecuária nos últimos dez anos. Atualmente a cultura de maior destaque no Mato Grosso, a soja cresceu, em produção, 8% ao ano em média, saltando de 8,8 milhões de toneladas no início da década para 18,2 milhões de toneladas em 2010, segundo a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT).

Expansão da soja e impactos em territórios indígenas

O aumento da produção de soja no Mato Grosso foi acompanhado de perto pelo aumento da área plantada. De acordo com o levantamento da produção nacional de grãos da Companhia Brasileira de Abastecimento (Conab) de junho e julho, a safra de soja de 2009/2010 no estado ocupou 6,18 milhões de hectares, área 6,1% superior à da

última safra (5,82 milhões de hectares). Este número reconfirmou o estado como maior produtor de soja do país.

Dos 141 municípios do Mato Grosso, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2008, apenas 44 (ou 31,2%) não cultivam soja ou não tinham registro da cultura. No mesmo ano, 54 cidades (ou 38,3%) tinham entre 10 mil e 575 mil hectares de soja. O avanço rápido do grão no Mato Grosso não deixou de afetar as populações indígenas. Das 78 Terras Indígenas (TIs) listadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), ao menos 30 ficam em municípios com mais de 10 mil hectares de soja (veja anexo).



A expansão da soja nas cercanias das Terras Indígenas não necessariamente resulta em relações entre as partes ou impactos sobre os índios, mas reforça uma preocupação já manifestada pelo movimento indígena do Cerrado. Em documento resultante de reunião realizada no final de 2008, a organização Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC) afirmou que “o estado do Mato Grosso é o maior produtor de soja do Brasil, sendo esta atividade uma das principais causas do desmatamento no Cerrado e da degradação ambiental nas cabeceiras dos rios que drenam as terras indígenas, colocando em risco a segurança alimentar, a cultura e a vida física e espiritual das comunidades indígenas”.

De modo geral, como é um dos maiores vetores de desmatamento do Cerrado, grande consumidora de agrotóxicos, consolidadora do modelo monocultor e introdutora da transgenia no Centro-oeste, a soja vem acompanhada de uma grande carga de impactos sobre o ambiente onde está inserida. Degradação, erosão, empobrecimento e desertificação do solo³, destruição das matas ciliares, contaminação de cursos d'água, disseminação das queimadas (que anualmente vitimam milhares de animais silvestres e causam graves doenças respiratórias principalmente em crianças), pulverização de venenos sobre pequenos agricultores, indígenas e suas plantações, introdução de um novo paradigma de consumo capitalista entre as populações tradicionais e aprofundamento do preconceito e do racismo contra os indígenas são alguns “efeitos colaterais” da sojicultura e de sua proposta de desenvolvimento.

Particularmente em relação às Terras Indígenas, a soja tem impactado diversas comunidades de diferentes formas. Há casos, como a TI Maraiwatsede em Alto da Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia (foco de estudo de caso deste relatório), dos Xavantes, onde a soja ocupa, como invasora, a terra dos índios e tem liderado os rankings de multas por desmatamento na região. Já no caso da TI Sangradouro (também dos índios Xavante), no município de Poxoréo, as invasões da área indígena são de pequeno porte, mas constantes, de acordo com denúncia do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Segundo o padre Luis Silva Leal, que vive na região, os sojicultores, além de incorporarem anualmente pequenas parcelas de 10 a 20 hectares de terras indígenas às suas áreas, fizeram várias tentativas de acordar arrendamentos de parcelas maiores de terra indígena. “A última tentativa de arrendamento ocorreu em 2009, mas no final os Xavantes recusaram. Eles não são grandes agricultores, e têm muito medo de serem explorados”, explica Leal.

Em relação à questão ambiental, o padre relata que a TI Sangradouro ainda tem extensões de mata preservada, o que possibilita minimamente a manutenção da cultura de caça e pesca pelos Xavantes. “Mas os arredores da área já foram todos devastados. Nas primeiras chuvas do ano, o veneno utilizado pelos sojeiros tem contaminado rios como Sangradouro, Água Azul e Pindaíba, que chegam a ficar cobertos de peixes mortos”, diz Leal. Por fim, segundo ele a aldeia de Volta Grande ainda vive uma disputa de terras com fazendeiros de soja, e ocupa apenas 11 mil dos 33 mil hectares originalmente pertencentes aos índios. “Há uma área que está em litígio. Lá os fazendeiros plantam soja, e acabam pagando um dinheiro aos indígenas por isso, que aceitam para evitar maiores conflitos”.

Outras etnias, como os Paresi, Irantxe e Nambikwara, optaram por fazer parcerias com grandes fazendeiros, o que tem suscitado uma complexa discussão jurídica sobre a legalidade dos acordos e causado impactos diversos sobre grupos e etnias, como será apresentado à frente, em estudo de caso.

A pressão do desmatamento sobre o ecossistema do Cerrado, sua biodiversidade e seus rios tem levado as autoridades brasileiras a rediscutir critérios de proteção do bioma, mas ainda pouco foi feito para concretizar um marco legal efetivo de preservação. Um dos principais problemas – a destruição de áreas de preservação, cursos e fontes d'água

³ Ver relação de impactos em “Repercussões Ambientais da Expansão da Soja no Cerrado e seus Vínculos com a Liberalização do Comércio e a Política Macroeconômica Brasileira” – WWF Brasil <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/eco/trabalhos/mesa2/4.doc>

e suas matas ciliares –, no entanto, tem levado uma série de organizações ambientalistas a buscar soluções alternativas numa das regiões mais afetadas pela devastação: a cabeceira do Xingu, um dos mais importantes rios do Mato Grosso e do Pará, e de cuja preservação depende toda a população da maior Terra Indígena do Brasil: o Parque Indígena do Xingu.

Em 2004, várias organizações ambientalistas, indígenas, de agricultores, empresariais e governamentais participaram do lançamento da campanha ‘Y Ikatu Xingu – palavras que significam “Salve a água boa do Xingu”, na língua kamaiurá. A iniciativa, que é conduzida por entidades como o Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto Centro de Vida (ICV), já conseguiu convencer sojicultores a recuperarem áreas degradadas, através de novas técnicas de reflorestamento que usam sementes, e não mudas. Além disso, a campanha tenta ampliar seus impactos através de acordos com governos de municípios localizados na região do parque indígena. O objetivo é usar políticas públicas municipais para apoiar produtores rurais que desejem voluntariamente recuperar áreas degradadas em suas fazendas, como apresentado à frente neste relatório.

Capítulo 2 - Impactos da soja na TI Maraiwatsede



Entrada de Maraiwatsede: queimadas nas fazendas vizinhas escurecem o céu - foto Verena Glass

Histórico

Historicamente ocupada pelos índios akwe-Xavante, a área da Terra Indígena (TI) Maraiwatsede, homologada pelo governo federal em 1998 com 165 mil hectares, permanece com 90% de seu território ocupado ilegalmente por fazendeiros e posseiros

não indígenas, majoritariamente criadores de gado e produtores de soja e arroz⁴. Estas atividades são responsáveis por um dos maiores desmatamentos em áreas protegidas do estado do Mato Grosso: 45% da mata nativa de Maraiwatsede já foi destruída, como aponta o Relatório 2010 do Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

Maraiwatsede é um exemplo emblemático dos impactos da política de expansão agropecuária no Mato Grosso e da violência estatal e privada contra os indígenas. Com a construção da rodovia Belém/Brasília no início da década de 1960, que impulsionou a colonização do Oeste brasileiro (à base de incentivos fiscais para as empresas que investissem na Amazônia), as áreas tradicionais dos akwe-Xavante sofreram uma primeira invasão extensiva em 1961. Na ocasião, foi criada a fazenda Suiá Missu, que chegou a ser considerada o maior latifúndio do Brasil, com quase 1,5 milhões de hectares (fazenda de gado, a Suiá-Missu foi formada sobre áreas indígenas pelo colonizador Ariosto da Riva, que, em 1962, a revendeu à família Ometto, de São Paulo. Posteriormente, foi adquirida pela estatal petrolífera italiana Agip)⁵.

Com a consolidação da Suiá-Missu, os Xavantes foram inicialmente utilizados como mão-de-obra barata pelos fazendeiros, mas as relações começaram a se desgastar com a intensificação de conflitos com peões e colonos. Em agosto de 1966, os donos da Suiá-Missu e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI, órgão federal que posteriormente deu origem à Fundação Nacional do Índio - Funai) fizeram um acordo de retirada dos indígenas de suas áreas. Com o auxílio de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), cerca de 300 índios foram levados à revelia para a Missão Salesiana São Marcos, a 400 quilômetros de Maraiwatsede.

Já tendo como proprietária a empresa estatal italiana de petróleo Agip, a área ocupada pela Suiá-Missu passou a ser novamente reivindicada pelos Xavantes na década de 1990. Com apoio de organizações internacionais, durante a ECO 92, a Agip, sob grande pressão, se viu forçada a anunciar a devolução das terras. A partir deste momento, o governo federal iniciou uma série de procedimentos para demarcar a área indígena, enquanto fazendeiros da região, apoiados por políticos locais, começaram uma forte campanha de ocupação e desmatamento das terras, por um lado, e uma batalha jurídica contra o retorno dos indígenas, por outro.

Este processo e os conflitos entre brancos e indígenas se intensificaram a partir de 1998, quando finalmente ocorreu a homologação da Terra Indígena. Apenas em 2004, depois de 11 meses acampados à beira da estrada, e em meio a protestos de políticos locais e dos invasores, parte dos antigos moradores de Maraiwatsede voltou à área e reconstruiu a aldeia, ocupando cerca de 15 mil dos 165 mil hectares da Terra Indígena. Atualmente, a população Xavante de Maraiwatsede é de cerca de 650 pessoas, das quais quase 300 são crianças.

⁴ Dados de julho de 2010

⁵ <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=922>



Aldeia Xavante na Terra Indígena Maraiwatsede – foto Verena Glass

Desintrusão

Em 2005, um ano após a volta dos Xavantes à Maraiwatsede, o Ministério Público Federal (MPF) impetrou uma ação civil pública junto à 5ª Vara da Justiça Federal exigindo a imediata retirada dos ocupantes não índios da Terra Indígena. Em 2003, a Funai havia listado cerca de 700 invasores, entre grandes fazendeiros e pequenos posseiros, concluindo que nenhum ocupante teria direito à indenização. Em acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), porém, foi criado um novo projeto de assentamento – a fazenda Bordolândia, colada à TI – que receberia os pequenos agricultores clientes da reforma agrária.

Concomitantemente ao processo do MPF, os fazendeiros entraram na Justiça com uma ação cautelar que questionou a validade do processo administrativo que antecedeu a homologação. Por decisão do Tribunal Regional Federal, os invasores obtiveram permissão de permanência na área até a tramitação final da ação de desintrusão.

Em novembro de 2009, o juiz federal Pedro Francisco da Silva, relator do processo no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), indeferiu o recurso dos fazendeiros e posseiros que ocupam a área indígena e considerou válido o processo de demarcação da terra. Após o voto do relator, o desembargador João Batista Moreira pediu vista do processo e anunciou que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) retomaria o julgamento do caso no início de 2010, quando apresentaria seu voto⁶.

Até julho de 2010, a análise do processo não havia sido retomada no TRF1, o que mantém a situação de Maraiwatsede em permanente tensão. De acordo com o procurador do Ministério Público Federal no Mato Grosso Mario Lucio Avelar, o MPF

⁶ Fonte: jornal Brasil de Fato

deve interpelar o TRF1 e o desembargador Moreira para que o processo referente à desintrusão seja finalizado, uma vez que o prazo anunciado foi fevereiro de 2010.

Soja na TI Maraiwatsede

No mais recente levantamento sobre as ocupações irregulares na TI Maraiwatsede, a Funai relacionou cerca de 70 fazendas de maior porte, entre elas propriedades de “personalidades” como Aldecides Milhomem de Ciqueira, prefeito de Alto da Boa Vista, e seu irmão, Antonio Milhomem de Ciqueira; dois ex-prefeitos do município, Mario Cesar Barbosa e Deusimar Dias de Oliveira; o prefeito de São Félix do Araguaia, Filemon Gomes Costa Limoeiro; o vereador de Alto da Boa Vista Raimundo Carlos Alves, e o ex-vereador do município Clarindo Barbosa da Silva.

Parte dos fazendeiros e posseiros que estão na TI vive hoje em uma pequena vila cravada no interior de Maraiwatsede, conhecida como Posto da Mata, onde moram cerca de duas mil pessoas. Com pequenos comércios, dois silos de soja e arroz, posto de gasolina, duas escolas municipais e uma escola estadual, Posto da Mata simboliza a resistência dos não índios contra a desintrusão, mas não esconde a ciência da complexidade jurídica da situação. Em depoimentos à *Repórter Brasil*, produtores rurais explicaram que atualmente a maioria optou pela criação de gado na TI, porque mesmo com menor rentabilidade do que a soja e o arroz, a pecuária demanda menos investimentos e apresenta menores riscos em caso de uma repentina decisão favorável aos indígenas no processo de disputa pela terra.

De acordo com a Funai, Ibama e Ministério Público Federal (MPF), há duas grandes áreas de soja na Maraiwatsede: a fazenda Conquista, de propriedade de Claudemir Guareschi (que faleceu em um acidente de avião no último dia 18 de julho), e a fazenda Colombo, de Antonio Penasso – conhecido como Branco.



Em maio de 2008, Guareschi foi autuado pelo Ibama por “desmatar a corte raso 4 mil hectares de floresta considerada de preservação permanente por se tratar de área indígena (Terra Indígena Maraiwatsede)”. A área foi embargada e o fazendeiro condenado a pagar mais de R\$ 2 milhões em multas. Seu nome também foi incluído na lista dos cem maiores desmatadores do Brasil no ano de 2008, divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Apesar do embargo, as plantações de soja na fazenda Conquista prosseguiram nas safras 2008/2009 e 2009/2010. Em julho de 2009, o Ibama voltou a notificar o fazendeiro Claudemir Guareschi, desta vez por descumprimento de embargo, e em abril de 2010 foi efetuada a segunda autuação pelo mesmo crime, desta vez com apreensão da produção.

Antonio Penasso, proprietário da fazenda Colombo, sofreu duas autuações do Ibama – em outubro de 2008, quando o órgão constatou a prática de ilícito ambiental “consistente em impedir a regeneração natural de floresta nativa em uma área de 1.571,20 hectares no interior da TI Maraiwatsede”, e em setembro de 2004, quando foram embargados 2 mil hectares por uso ilegal de fogo (queimada da área). Assim como Guareschi, Penasso, em cuja fazenda deu-se prosseguimento ao cultivo de soja, foi novamente autuado por descumprimento de embargo, sofrendo adicionalmente uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, e tendo a produção da fazenda Colombo apreendida (leia mais na seção “*Ações de repressão*”, a seguir).

Impactos da soja sobre a população indígena de Maraiwatsede

Como apontado anteriormente, a Terra Indígena de Maraiwatsede é uma das áreas mais atingidas pelo desmatamento no estado do Mato Grosso. De acordo com os Xavantes, a destruição das matas tem uma série de impactos sobre a aldeia, tanto em relação aos hábitos alimentares, quanto a demais atividades produtivas.



Desmatamento torna raras frutas e materiais para utensílios – foto Gilberto Vieira dos Santos/CIMI

Segundo documentação antropológica do Instituto Socioambiental (ISA), a dieta básica tradicional dos Xavantes consiste em produtos coletados, como raízes silvestres, castanhas, frutos e outros vegetais, além de caça e pesca. O cultivo agrícola, sobretudo de milho (o alimento de maior destaque em termos cerimoniais e sócio-cosmológicos Xavantes), feijão e abóbora, desempenha um papel apenas secundário. Com o desmatamento em Maraiwatsede, explica o cacique da aldeia, Damião Paridzane, a dieta da população sofreu fortes perdas, reforçadas pela alternativa do cultivo do arroz como substituto, grão pouco nutritivo para os indígenas.

Além do impacto sobre os estoques de caça e pesca, afirmam os Xavantes, o desflorestamento também afetou gravemente os estoques de matérias-primas utilizadas para a construção das casas (madeira e palhas), de lenha para cozinhar e de outros materiais usados para a manufatura de utensílios, como cestarias. Já para as mulheres, explica a professora indígena Carolina Rewapti, o maior problema é a escassez de materiais utilizados na produção dos artesanatos, como sementes e palhas. “Já não temos mais o buriti (palmeira nativa) na nossa área, e as mulheres são obrigadas a sair da terra indígena, buscar as palhas nas fazendas ao redor. Ficamos com muito medo de ameaças dos brancos, de que possamos sofrer alguma violência”.

De acordo com Paridzane (que tinha 12 anos quando a comunidade foi retirada da área em 1966, e se tornou a principal liderança da luta pelo retorno dos Xavantes à sua terra), o cultivo de soja na TI tem sido responsável pela maior parte do desmatamento ocorrido nos últimos anos. Por conta disso, os confrontos com o fazendeiro Antonio Penasso, o Branco, têm sido constantes. “O Branco é o que mais desmata aqui. Todos os anos pedimos para ele parar com a destruição, mas ele diz que a mata é dele e vai derrubar. Em 2009, nossos guerreiros foram na área de soja e tomaram dois tratores do Branco, que estão conosco até hoje”, diz Paridzane.



Cacique Damião Paridzane – foto Verena Glass

Além dos desmatamentos, os Xavantes apontam outros problemas causados pelo cultivo de soja, como a contaminação de rios e dos próprios indígenas pelo veneno utilizado nas lavouras do grão. Como a fumigação de veneno na soja é feita por aviões – de acordo com o Ibama, todos os plantios na TI são com variedades transgênicas –, com o vento o produto químico chega a afetar os moradores da aldeia, afirma o cacique Paridzane. Segundo Carolina Rewapti, quando as fumigações são iniciadas, nos meses de janeiro e fevereiro, a população sofre com fortes dores de cabeça e barriga, vômito e “diarréia de sangue”. “Mas não é só isso, porque as chuvas dessa época levam o veneno para os rios, e muitas vezes ficamos doentes porque tomamos essa água”, completa ela.

Já nos meses secos de julho e agosto, o principal problema para os Xavantes são as queimadas promovidas pelos fazendeiros vizinhos, cuja fumaça escurece os céus noite e dia e traz graves problemas respiratórios para as crianças e os idosos, explica a professora Carolina. Em uma recorrida pelas redondezas da aldeia, foi possível verificar a invasão do fogo “sem controle” sobre pastagens e roças indígenas. “Este ano, perdemos parte do nosso arroz porque o fogo dos fazendeiros vizinhos entrou nas nossas roças”, diz o Xavante Paulo.



Fogo nas fazendas vizinhas atingem roças indígenas - foto Verena Glass

Ações de repressão

No final de março de 2010, o Ibama e a Polícia Federal deram início a uma operação de busca e apreensão de soja cultivada ilegalmente em áreas embargadas por crimes ambientais nos municípios de Alto da Boa Vista – a chamada Operação Soja Pirata –, apreendendo cerca de 15 mil toneladas do grão cultivado nas fazendas de Claudemir Guareschi e Antonio Penasso.

Segundo o Ibama, das 15 mil toneladas de soja apreendidas, 2,4 mil toneladas foram produzidas na fazenda Conquista, de Claudemir Guareschi, e 2,52 mil toneladas na fazenda Colombo, de Antonio Penasso, ambas inseridas na Terra Indígena e totalizando

uma área de plantio de 3,6 mil hectares (o equivalente a quase 4 mil campos de futebol). O restante da soja foi apreendido em outras fazendas do Grupo Capim Fino, da família de Penasso, também embargadas por crimes ambientais mas não inseridas na TI (o grupo Capim Fino, do qual faz parte a fazenda Colombo, é campeão de autuações do Ibama no Mato Grosso e computa mais de R\$ 58 milhões em multas por crimes ambientais).



Na fazenda Colombo, soja foi colhida em área desmatada no interior da TI - foto Verena Glass

Toda a soja apreendida foi armazenada em um silo próximo às fazendas, pertencente a uma empresa de nome fantasia Company Comércio e Representações Ltda., do empresário e produtor Valmir de Souza. Souza entrou na Justiça para reaver a produção, que está sob disputa judicial, mas, segundo o Ibama e o Ministério Público Federal, a soja deve ser leiloadada e os dividendos da parcela apreendida na Maraiwatsede devem ser revertidos aos Xavantes. O restante será encaminhado ao programa Fome Zero, do governo federal.

Para assegurar a apreensão da soja e garantir a punição dos crimes ambientais cometidos na TI Maraiwatsede, o Ministério Público Federal impetrou uma Ação Civil Pública (ACP) junto à Justiça Federal no Mato Grosso, tendo como primeiro réu o fazendeiro Antonio Penasso (uma ACP similar deve ser apresentada em breve pelo MPF contra Claudemir Guareschi, a despeito de seu falecimento, afirma o procurador Mario Lucio Avelar).

Na ACP contra Penasso, o MPF solicita que:

- seja aplicada multa de R\$ 1 milhão por crime ambiental cometido pelo réu (Penasso);
- sejam deferidos liminarmente o arresto e indisponibilidade dos bens do réu até o limite de R\$ 100.766.429,50 (cem milhões, setecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e

vinte e nove reais e cinquenta centavos), com vista a garantir a efetividade da futura sentença condenatória;

- seja deferida liminar para que, não obstante o embargo da área, seja imposto ao réu a obrigação de fazer a desocupação imediata da área degradada e a proteção contra a intervenção de terceiros e ocupação por animais que possam comprometer a sua recuperação, bem como impedir qualquer contato da área com fogo, sob pena de multa diária, a ser arbitrada pelo juízo;
- seja determinada a busca e apreensão de todos equipamentos e maquinários utilizados pelo réu para exploração ilegal da parcela da Terra Indígena Maraiwatsede, porquanto essa medida se afigura imprescindível a evitar a perpetuação dos danos ambientais;
- seja decretada a perda do direito de participação em linhas de financiamento oferecidas por estabelecimentos oficiais de crédito, comunicando-se tal decisão ao Banco Central do Brasil, a fim de que seja emitido comunicado a todas as instituições oficiais de crédito;
- seja determinada ao réu a recuperação dos danos causados, em razão da exploração ilegal, de 1.571,20 hectares de floresta amazônica, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) por hectare;
- seja estabelecido pagamento de reparação pecuniária, a ser arbitrada em liquidação de sentença, acaso vier a se constatar a impossibilidade de reparação dos danos ambientais de forma específica;
- seja estabelecido pagamento de reparação pelos danos morais coletivos causados aos índios Xavantes da Terra Indígena Maraiwatsede, aos quais deverá ser destinada tal quantia;
- a destinação em favor dos índios Xavante dos resultados obtido com a venda dos 47.011,80 sacos de soja em pé apreendidos pelo Ibama, que foram cultivados ilegalmente no interior da Terra Indígena Maraiwatsede;

Apesar de ter imputado os crimes ambientais a Guareschi e Penasso, investigações do Ibama concluíram que o dono da empresa Company, Valmir de Souza, é, na realidade, o responsável pelo plantio da soja nas fazendas Conquista e Colombo, arrendadas a ele pelos dois fazendeiros. A informação foi confirmada à *Repórter Brasil* por um funcionário de Souza. Como não foram encontrados documentos que comprovem o arrendamento das terras, porém, o empresário não foi envolvido nos processos judiciais, afirma o Ibama. Sua empresa, a Company Comércio e Representações Ltda., no entanto, foi notificada por receptação de soja produzida ilegalmente.

Por outro lado, pondera o Ibama, a ligação entre a família Penasso e Souza fica evidenciada pela aquisição da Company por uma empresa chamada Lendas Administradora de Bens e Participações, sediada no município de Votuporanga, no estado de São Paulo. Além de Souza, são sócios desta empresa os filhos de Antonio Penasso.

Destinação da soja

De acordo com funcionários da Company e do Ibama, toda a soja produzida no interior da TI Maraiwatsede e adquirida pela empresa é armazenada no silo em Alto da Boa Vista. Sediada no município de Primavera do Leste, a Company deixou de trabalhar com exportação de commodities em 2004 e se especializou na prestação de serviços a produtores rurais e na aquisição e comercialização de soja e milho no mercado interno. De acordo com a empresa, os principais compradores da soja comercializada por ela na

região de Primavera do Leste são grandes *traders*, como Cargill e Louis Dreyfuss, e empresas de ração, granjas e produtoras de óleo.

O silo da empresa em Alto da Boa Vista – município inserido na região conhecida como Vale do Araguaia – é considerado apenas um “entreposto”, explicam funcionários. Segundo eles, a maior parte da soja adquirida no Vale do Araguaia (o silo tem capacidade de armazenamento de 33 mil toneladas de soja) é vendida para a empresa Granol, sediada no município de Anápolis, em Goiás, e um dos maiores empreendimentos do setor de exportação de grãos do país. A depender dos humores do mercado, a Company também teria vendido soja ao entreposto da Cargill em Bom Jesus do Araguaia, de acordo com seus funcionários. De qualquer forma, de acordo com informações levantadas pela Repórter Brasil, apesar de não ser possível detectar a fazenda de origem da soja, há comprovação de vendas da Company para as empresas Cargill e Multigrain no Mato Grosso em 2009 e 2010.

Capítulo 3 - Soja em terras indígenas

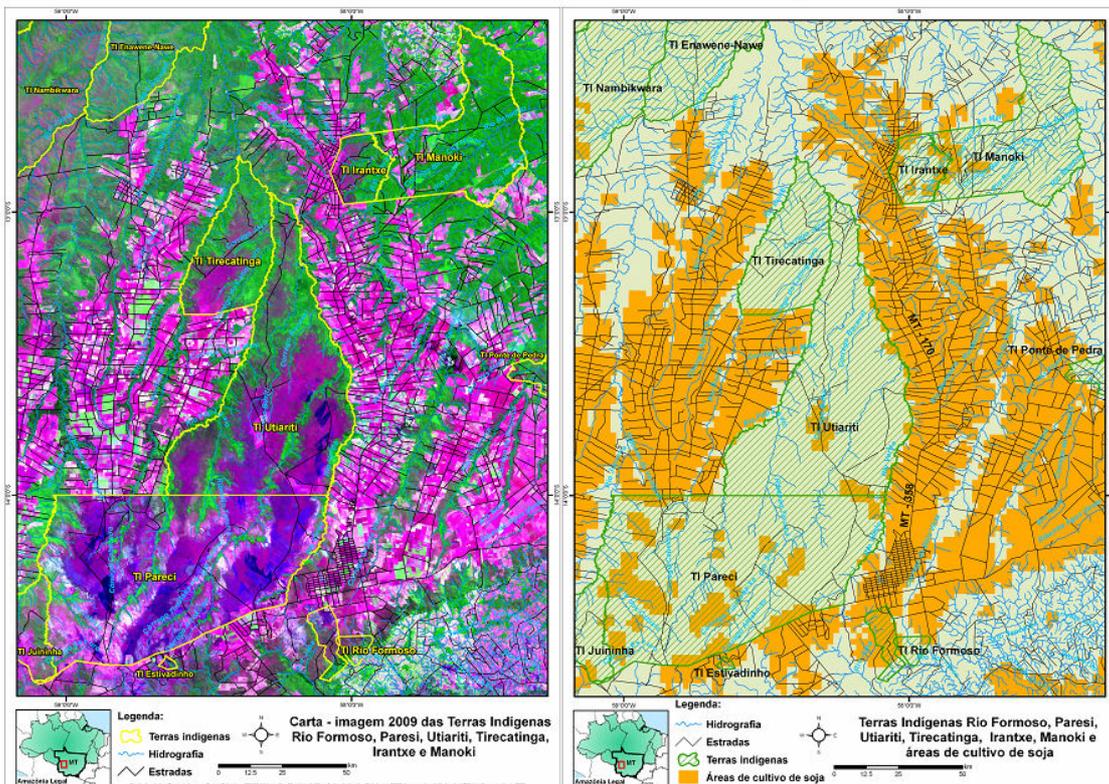


Entre 2004 e 2006, três povos indígenas da região sudeste do Mato Grosso, um dos grandes pólos sojicultores do estado, implementaram um polêmico projeto de co-produção de soja em parceria com fazendeiros locais. Paresis, Manoki e Nambikwaras das Terras Indígenas Paresi, Rio Formoso, Utiariti (Paresis), Tirekatinga (Nambikwara) e Manoki (Irantxe) firmaram 19 contratos de parceria, envolvendo 41 aldeias, para a co-

produção de soja em áreas de 50 a 1000 hectares no interior das TIs, com validade até a safra de 2011/2012. Os acordos, formalizados com diversos fazendeiros e empresas agropecuárias da região, prevêem que os indígenas forneçam a terra e a mão-de-obra, e os parceiros empresariais, insumos (sementes, agrotóxicos, adubos etc), financiamentos e máquinas, sendo que o resultado da comercialização deve ser dividido igualmente entre as partes.

O processo de parcerias tem sido criticado por instituições indigenistas, lideranças indígenas e pelo próprio Ministério Público Federal, que considera os acordos uma forma velada de arrendamento de terras indígenas. Segundo a Constituição brasileira, as Terras Indígenas são bens da União, de usufruto exclusivo das populações tradicionais. Por isso, o Estatuto do Índio (de 1973) não permite que elas sejam arrendadas, proibição reforçada pela Instrução Normativa número 3 de 2006 da Fundação Nacional do Índio (Funai). O fato de que fazendeiros se beneficiam com 50% dos lucros advindos do plantio de soja em terras indígenas é um dos principais problemas nestas relações, avalia o MPF. Na mesma direção, o movimento indígena do Mato Grosso considera que os contratos de parceria representam uma forma de driblar a lei. "Eles são apenas outro nome do arrendamento. Os tratores são do branco, os lucros também", argumenta o coordenador da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (Mopic), Hiparidi-Xavante.

TIs Paresi, Rio Formoso, Utiariti, Tirecatinga e Manoki



Tanto os Paresi quanto os Nambikwara e Irantxe têm uma história antiga de contato com os brancos, mas são os paresis que mais se adaptaram à cultura não índia. Sua relação com o modelo civilizatório capitalista data do século XVII, quando parte dos indígenas foi escravizada pelos bandeirantes. Desde então, o cotidiano dessa população indígena passou a ser moldado pelos ciclos econômicos que marcaram o sudeste mato-

grossense: eles trabalharam na coleta da seringa e da poaia – erva de cujas raízes se extrai a emetina, usada como princípio ativo em medicamentos –, como guarda-fios e guias das comissões telegráficas no início do século XX, como vendedores de artesanato na beira da BR-364 – construída em 1961, cortando o território paresi de leste a oeste – e, a partir da década de 70, com a expansão da fronteira agrícola por colonos do sul do país, como mão-de-obra barata na implementação das fazendas.

A relação próxima com os fazendeiros deu aos paresis um conhecimento dos processos produtivos e da economia ocidental que acabou reproduzindo uma certa divisão de classes no interior das comunidades, com poucos que se beneficiam de muito e muitos que se beneficiam de pouco, avalia André Lopes, indigenista da organização Operação Amazônia Nativa (Opan). A instituição abandonou os trabalhos com o grupo em 2004, quando foram firmados os primeiros acordos com os fazendeiros. De acordo com Lopes, o mesmo não ocorreu com os Irantxe, cuja adoção do modelo capitalista de produção de soja é uma fonte de renda sim, mas, dentre outros motivos, se deu como um tipo de defesa contra a discriminação e o preconceito por parte da sociedade não indígena, cujo discurso “existe muita terra para pouco índio” ou “para que tanta terra aos índios, se eles não fazem nada com ela?” é recorrente. “Os Irantxe fizeram, para além de uma opção econômica, uma escolha política quando adotaram a soja. O significado desta alternativa passa também por um desejo de contradizer o estigma local de que são ‘preguiçosos’ e ‘improdutivos’, maneira como são rotulados os indígenas da região. Eles sabem que é uma contradição com a luta pela terra tradicional, e que acabaram fazendo uma aliança com o ‘inimigo’. Mas este é um preço que resolveram pagar”, explica o indigenista.

De acordo com a OPAN, os Irantxe disponibilizaram cerca de mil hectares para o plantio de soja em parceria com uma fazenda vizinha. Uma pequena parte da renda fica para a associação do povo e o restante é distribuído igualmente entre os membros da comunidade, mecanismo que impede uma certa estratificação social, perceptível entre os paresis, por exemplo. “Para os paresis, a soja oferece uma perspectiva de geração de renda e status social. Na minha opinião, as lideranças paresis desejam se relacionar trocando “de igual para igual” com os fazendeiros da região, e com a sociedade não indígena em geral. No contexto rural, caracterizado pelo sistema produtivo da monocultura para exportação, existem basicamente duas camadas sociais: os fazendeiros e os peões de fazenda. Nessa perspectiva, os paresis se equiparam à elite local. Por outro lado, os Irantxe, por trabalharem como mão-de-obra mais braçal nas fazendas vizinhas, acabam sendo incorporados na relação com a sociedade envolvente como membros das camadas menos favorecidas da população”, avalia Lopes.

Com a chegada da energia elétrica nas aldeias, a renda da soja potencializou o consumo de bens duráveis, modificando certos padrões de sociabilidade dos Irantxe. Camas, geladeiras, móveis, eletrodomésticos em geral, motocicletas e outros elementos da cultura ocidental foram rapidamente absorvidos de acordo com a lógica local. No entanto, o que causou maior impacto foram as antenas e televisores que acabaram interferindo principalmente nas noites das aldeias, desvalorizando os espaços públicos. Agora, como cada família tem a sua televisão, os encontros e locais comuns perderam espaço. Sem contar o assédio e na sedução que a mídia traz para o cotidiano das aldeias, criando novas necessidades.

“Não se pode negar que o dinheiro da soja traz melhorias do ponto de vista indígena, mas na verdade ele não seria necessário, do ponto de vista material. Toda a infraestrutura básica, bem como grande parte da renda dos indígenas, advém de recursos públicos, como aposentadorias, bolsa família e empregos na área de saúde e educação. O que passa a ocorrer nas aldeias é uma grande influência que a soja traz com o seu modelo de produção e consumo. Nessa relação assimétrica de poder com a ‘sociedade da soja’, como os jovens passam a construir suas perspectivas de futuro, seu ‘projeto de povo’? Há uma preocupação interna com o efeito que isto poderá trazer para as novas gerações. A obtenção de renda, se não estiver de acordo com os padrões locais de divisão social, pode agravar os conflitos internos de uma comunidade ou criar novas tensões sociais”, pondera Lopes.

Caso Paresis

No caso dos Paresi, apesar de algumas críticas internas na comunidade sobre a distorção na geração e distribuição de renda, a soja tem cumprido um papel importante no desenvolvimento econômico das três TIs que adotaram o grão. Aceita a contragosto pela Funai e pelo MPF, a lavoura mecanizada nas terras paresis não pode se expandir além dos 15.500 hectares já ocupados, divididos em 17 lavouras não contínuas. A localização de cada lavoura levou em conta preocupações ambientais, como distância adequada de cursos d’água e das aldeias. Ainda assim, o desmatamento nessas áreas não foi autorizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que agora cobra da Funai a regularização ambiental. A região onde vivem esses três povos indígenas é considerada um berço de águas: lá nascem os rios Paraguai e Guaporé, além dos principais afluentes do rio Juruena.

Em 2010, os paresis colheram a quinta safra de soja desde que se iniciaram os contratos de parceria entre a sua Associação Waymaré e uma empresa da região. São os indígenas que trabalham na lavoura, inclusive na operação das máquinas, graças à experiência adquirida como funcionários das fazendas e aos cursos ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). O pagamento dessa mão-de-obra, assim como o fornecimento de adubo, semente, veneno, combustível e aluguel das máquinas agrícolas, é bancado pelo parceiro não-indígena. A receita líquida é dividida de forma igual entre o fazendeiro e a associação indígena, que deposita metade da verba em uma conta no Banco do Brasil e destina o restante a aquisições coletivas e à divisão entre as famílias de cada aldeia envolvida com a respectiva lavoura.

Em Campo Novo dos Paresis, a associação Waymaré possui um contrato de fornecimento de insumos agrícolas com a Incofal Indústria e Comércio de Farelo, relativo a uma área de mil hectares. Na safra de 2008, 11 famílias que vivem na aldeia receberam R\$ 2 mil pela repartição dos lucros da lavoura. "Deu para eu construir minha casa", conta uma das moradoras, enquanto mostra a casa de madeira avarandada – estilo arquitetônico que domina a paisagem da aldeia, ao lado das malocas de palha usadas para rituais e, em menor escala, como moradia.

"As pessoas falam que deixamos de fazer festas tradicionais. A gente não faz mesmo festa para a soja, porque não é da nossa cultura. Mas fazemos oferta para o milho, o arroz", afirmou o coordenador de lavoura da aldeia Bacaval, Arnaldo Zunizakae, mais conhecido como Branco. "Hoje já não vivemos só da caça e da pesca, e isso tem custo. Para fazer festa hoje, a gente precisa de dinheiro", argumentou, acrescentando que,

graças à lavoura da soja, os 52 moradores de Bacaval voltaram a plantar milho (mas já de forma mecanizada, na chamada safrinha, cuja produção também é comercializada).

Para Branco, "cultura que não muda é a que está no museu". "A gente estava passando fome, só comendo beiju, farinha, carne de caça e pesca. Hoje, no nosso prato tem carne de boi, café, pão, fruta, uma alimentação mais equilibrada", defende ele, que há menos de um ano também trabalha como coordenador de saúde da Associação Indígena Halitinã – conveniada com a Fundação Nacional de Saúde, a Funasa, para o atendimento dos 1.584 paresis que vivem em nove terras indígenas no Mato Grosso, todas elas já demarcadas. Nos anos 60, segundo dados da Funai, os paresis eram apenas 360 pessoas. A taxa de crescimento atual desse povo é alta: 7,2% ao ano.

Branco foi o primeiro paresi a trabalhar com agricultura mecanizada dentro do território indígena, ainda em 1997, após ser funcionário de uma fazenda durante nove anos. "Quando saí de lá, meu ex-patrão me doou uma plantadeira velha e me emprestou um trator. O combustível, eu conseguia com a prefeitura de Sapezal", revelou. De início, ele plantou 45 hectares de arroz. Na safra seguinte, foram 60 hectares. No terceiro ano, em 1999, quando a área da lavoura mecanizada atingiu 90 hectares, o arroz já dividia espaço com a soja. Em 2000, a soja já era a cultura principal dos 150 hectares plantados pela família Zunizakae.



Soja trouxe desenvolvimento para os Paresi, defende Branco – foto Thaís Brianezi

Os benefícios da agricultura comercial, porém, não são unanimidade entre os paresis. As críticas mais contundentes, em geral, vêm dos mais velhos. "Para mim a soja trouxe divisão. No meu ponto de vista, o povo ficou muito individual, olhando só para o que é dele", afirmou Carmindo André Orezu, que também mora na TI Utiariti, na aldeia Salto

da Mulher, comunidade responsável por uma área de 500 hectares de lavoura. A mulher dele, Emília Zolazokero, ainda faz "roça de toco", a agricultura familiar dos paresis, baseada em tubérculos (especialmente a mandioca). "Eu tenho cabaça de chicha [bebida tradicional], faço beiju e carne moqueada no centro da maloca. Quando era pequena, não tinha outra comida e eu não achava falta de nada. A gente comia isso de manhã, no almoço, à noite e estava satisfeito. Hoje a criança acorda para ir pra escola e se não tiver leite, bolacha e bolo, não come nada", contou ela.

O sonho dos sojicultores paresis é que, em 2012, a comunidade tenha economizado dinheiro suficiente para conquistar a independência dos nove fazendeiros com quem mantêm contratos atualmente. Mas existem pendências ainda não solucionadas, explica o líder Branco. Atualmente, toda a comercialização da soja é feita pelos fazendeiros, porque os paresis não têm a documentação necessária para vender a produção. Também os financiamentos são tomados pelos parceiros, já que os indígenas não têm como fornecer garantias aos bancos. "Quando um banco financia um fazendeiro, geralmente toma a terra dele como garantia. Como nossa terra pertence à União, não temos como pegar financiamentos, e por isso o nosso lucro é pequeno", diz Branco.

Por outro lado, o fato de que a soja Paresi vem de terras indígenas com pendências ambientais impede a ampliação de mercados. De acordo com Branco, 60% dos desmatamentos ocorridos nas áreas de soja foram feitos há cerca de 15 anos, sendo que os outros 40% de mata foram derrubados entre 2000 e 2003. "Eu adoraria dizer que estamos exportando nossa produção, mas não é verdade. O Blairo Maggi [governador do Mato Grosso] é meu amigo pessoal e não compra um grão da nossa soja, porque sabe que pode dar problema. Nossa soja hoje vai para produção de ração", explica Branco.

A conta-investimento na qual é depositada metade da renda líquida da soja está em nome da associação Waymaré. No final de 2009, o saldo era de cerca de R\$ 2 milhões, dinheiro que, por exigência da Funai e do MPF, só pode ser sacado ao fim dos contratos. O índio empreendedor reconhece, no entanto, que a maioria das comunidades envolvidas na agricultura mecanizada deve investir em fontes de renda mais familiares à sua cultura tradicional, como a produção e a venda de artesanato. A Associação Halitinã, inclusive, usou parte do lucro já disponível da soja como contrapartida para a criação de peixes em tanques-rede, com apoio da Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca. Além disso, desenvolve o projeto Kani - Sustentabilidade e Geração de Renda na Extração do Pequi, com financiamento do programa Petrobrás Fome Zero.

"Estamos pensando em investir em outras culturas comerciais, como eucalipto, reflorestamento. Mas com o preço da soja, é ela que continuará sendo a cultura principal", diz Branco.

Capítulo 4 - Recuperação de áreas degradadas



Desmatamento próximo a nascentes de água no MT – foto André Villas Boas/ISA

‘Y Ikatu Xingu: na luta para ganhar escala

Fonte de alimentos e referência cultural, o rio Xingu garante a sobrevivência dos 6125 indígenas de 16 etnias que habitam o Parque Indígena do Xingu (PIX), localizado no norte do Mato Grosso. Mas sua degradação contínua passou a gerar preocupações. Estima-se que 33% das 22.525 nascentes do rio estejam sem a cobertura vegetal originária, que é de transição entre o Cerrado e a Amazônia e foi retirada para dar lugar à pecuária e à soja. Indígenas que vivem no parque passaram a relatar o assoreamento de afluentes do rio e a redução da quantidade de peixe disponível, um bem fundamental para a segurança alimentar daquelas populações.

A campanha ‘Y Ikatu Xingu – palavras que significam “Salve a água boa do Xingu”, na língua kamaiurá – foi criada em 2004 para incentivar a recuperação e a proteção das nascentes e cabeceiras do rio. Reúne organizações não governamentais, como Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto Centro de Vida (ICV), lideranças indígenas, instituições estrangeiras, como Fundação Doen e Icco, empresas privadas, organizações de agricultores e representantes do poder público.

Para reunir tantos setores, os coordenadores da campanha defenderam que a recuperação da qualidade da água do rio beneficiaria não apenas os indígenas que viviam no parque, mas toda a população não indígena da bacia do rio Xingu, estimada

esse trabalho de coleta, geram renda para si e para suas comunidades, uma vez que se criou um sistema de venda de sementes para os fazendeiros participantes do projeto.

Um desses fazendeiros é Luiz Carlos Castelo, grande pecuarista e ainda pequeno produtor de soja no município de São José do Xingu. Sua propriedade, com cerca de 10 mil cabeças de gado, faz fronteira com o PIX e possui 13,5 mil hectares, dos quais 340 entraram em recuperação. Castelo compra sementes da rede e tornou-se um exemplo de que é possível recuperar as matas do Xingu. “O diálogo com os índios é difícil, muitas vezes há desacordo quanto ao tipo de sementes e quantidades”, admite Castelo. “Mas com apoio dos coordenadores da campanha as coisas ficam mais fáceis”, conclui ele.

Uma outra estratégia para acelerar os resultados da campanha ‘Y Ikatu Xingu é o engajamento do poder público dos municípios que ficam ao redor do parque. O objetivo é que Prefeitura, Câmara de Vereadores, organizações de fazendeiros e instituições ambientalistas locais assinem acordos para difundir a cultura agroflorestal e estipular metas de recuperação de áreas degradadas. Querência e São José do Xingu, em 2009, e Santa Cruz do Xingu, em 2010, já firmaram compromisso de recuperar 100% de suas matas ciliares em uma década. Canarana, ainda que não tenha assinado um documento específico, já tem uma série de iniciativas e firmou parcerias para fortalecer a campanha.



Farmer observes the reforestation project in his farm in Canarana - photo Fernanda Bellei/ISA

De acordo com a secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana, Eliane Felten, a Prefeitura possui um viveiro de mudas e é capaz de fornecer 50 mil delas a cada ano para quem deseje reflorestar trechos desmatados. O produtor voluntário recebe assistência técnica gratuita, mas tem de arcar com o custo do isolamento da área e da mão-de-obra necessária para o plantio. Canarana possui 50% de sua cobertura vegetal

preservada, seja no PIX ou em reservas particulares obrigatórias. Segundo a Prefeitura, o município possui 1,087 milhão de hectares, com 140 mil sob exploração agrícola e 30 mil de matas ciliares a serem recuperados.

“Tentamos mostrar para os produtores que eles terão de se adequar ambientalmente. Se fizerem isso agora, a vantagem é a Prefeitura pode ajudar. Também podem usar isso como um diferencial no mercado”, afirma Felten. Ela admite, porém, que os debates no Congresso Nacional sobre mudanças no Código Florestal do país – em especial sobre o tamanho da área de proteção permanente ao redor de cursos d’água – têm desestimulado muitos agricultores a participarem da campanha. “Em Canarana, a área de proteção permanente é de 50 metros ao longo dos rios. Você imagina o gasto que um produtor teria para recuperar sua área degradada. Se a nova lei reduzir esses 50 metros, como ele fica?”, questiona a secretária.

Anexo

Municípios do MT com mais de 10 mil ha de soja e Terras Indígenas incidentes

Nome do município	área plantada/ha
Água Boa – TI Areões, Xavante – TI Isou’pa, Xavante – TI Norotsurã, Xavante – TI Parabubure, Xavante	38.173
Alto Araguaia	15.888
Alto Garças	70.000
Alto Taquari	47.000
Barra do Garças – TI Merure, Bororo – TI São Marcos, Xavante	19.556
Bom Jesus do Araguaia – TI Maraiwatsede, Xavante	35.000
Brasnorte – TI Erikbatsa, Erikbatsa – TI Menkü, Mynky	146.382
Campo Novo do Paresis – TI Ponte de Pedras, Paresi – TI Utiariti, Paresi	311.500
Campo Verde	126.000
Campos de Júlio – TI Uirapuru, Paresi	175.000
Canarana – PIX, Mentuktire e Suyá – TI Pequizal do Naruvôtu, Narawute – TI Pimentel Barbosa, Xavante	81.050
Cláudia	25.485

Comodoro – TI Enawene Nawe, Enawene Nawe - TI Nambikwara, Nambikwara - TI Lagoa dos brincos, Negorote - TI Pirineus de Souza, Nambikwara - TI Vale do Guaporé, Nambikwara	45.000
Diamantino - TI Estação Paresis, Paresi - TI Ponte de Pedras, Paresi	284.214
Dom Aquino	27.800
Feliz Natal – PIX, Mentuktire e Suyá	35.850
Gaúcha do Norte - TI Batovi, Waurá TI Ikpeng, ikpeng PIX, Mentuktire e Suyá TI Pequizal do Naruvôtu, Narawute	47.000
General Carneiro TI Merure, Bororo TI Sangradouro/Volta grande, Bororo/Xavante	54.200
Guiratinga	52.000
Ipiranga do Norte	145.000
Itanhangá	44.000
Itaúba	16.800
Itiquira	180.000
Jaciara	29.250
Juscimeira	32.800
Lucas do Rio Verde	225.830
Nortelândia – TI Estação Paresis, Paresi	12.740
Nova Maringá - TI Ponte de Pedras, Paresi	100.000
Nova Mutum	327.750
Nova Ubiratã – PIX, Mentuktire e Suyá	230.000
Nova Xavantina - TI Isou'pa, Xavante - TI Norotsurã, Xavante - TI Parabubure, Xavante	33.797
Novo São Joaquim - TI Sangradouro/Volta grande, Bororo/Xavante - TI Ubawawe, Xavante	60.000
Paranatinga - TI Bakairi, Bakairi - TI Hu'uhi, Xavante	63.000

- <i>TI Marechal Rondon, Xavante</i>	
- <i>PIX, Mentuktire e Suyá</i>	
Pedra Preta	33.000
Porto dos Gaúchos	35.000
Poxoréo	
- <i>TI Jarudore, Bororo</i>	43.800
- <i>TI Sangradouro/Volta grande, Bororo/Xavante</i>	
Primavera do Leste	21.000
Querência	
- <i>PIX, Mentuktire e Suyá</i>	168.000
- <i>TI Wawi, Suyá</i>	
Rondonópolis	
- <i>TI Tadarimana, Bororo</i>	63.000
Santa Carmem	40.070
Santa Rita do Trivelato	140.590
Santo Antônio do Leste	
- <i>TI Eterãirebere, Xavante</i>	119.000
Santo Antônio do Leverger	
- <i>TI Tereza Cristina, Bororo</i>	21.300
São Félix do Araguaia	
- <i>TI Cacique Fontoura, Karajá</i>	
- <i>TI Maraiwatsede, Xavante</i>	13.730
- <i>PIX, Mentuktire e Suyá</i>	
São José do Rio Claro	82.300
São José do Xingu	
- <i>TI Capoto/Jarina, Mentuktire</i>	11.500
Sapezal	
- <i>TI Enawene Nawe, Enawene Nawe</i>	
- <i>TI Tirecatinga, Halotesu</i>	331.065
- <i>TI Utiariti, Paresi</i>	
Sinop	95.000
Sorriso	575.000
Tabaporã	
- <i>TI Batelão, Kayabi</i>	100.000
Tangará da Serra	
- <i>TI Estivadinho, Paresi</i>	
- <i>TI Figueiras, Paresi</i>	
- <i>TI Paresi, Paresi</i>	50.848
- <i>TI Rio Formoso, Paresi</i>	
Tapurah	124.542
Tesouro	28.000
Torixoréu	10.595
Vera	100.989

Dados sobre produção de soja: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2008

Expediente

Repórter Brasil

Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Coordenação geral

Leonardo Sakamoto

Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis

Marcel Gomes (coordenação e texto 'Y Ikatu Xingu)

Verena Glass (pesquisa e demais textos)

Antonio Biondi (pesquisa)

Colaboração

Thaís Brianezi

Suporte financeiro

Fabiana Garcia

Suporte administrativo

Edilene Cruz

Mapas

Roberta Roxi - ICV

Agradecimentos

- Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - MT
- Instituto Centro de Vida (ICV)
- Instituto Sociambiental (ISA)
- OPAN
- Funai
- Ministério Público Federal

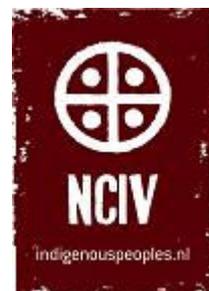
Apoio

Netherlands Centre of Indigenous Peoples

Fundação Doen



Repórter Brasil – Organização de Comunicação e Projetos Sociais



Netherlands Centre of Indigenous Peoples